



Safrat

FRONTIER

Fundo de Investimento Financeiro



Regulamento – Informações Gerais

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 FRONTIER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO – CNPJ/MF sob o nº 34.200.554/0001-54 ("FUNDO"), é regido pela RESOLUÇÃO nº 175, de 23 de dezembro de 2022 e por este Regulamento ("REGULAMENTO").

1.2 O CNPJ do FUNDO poderá ser alterado caso seja constituído uma nova classe de cotas, motivo pelo qual os cotistas devem consultar seus assessores a fim de se manter atualizados.

1.3 O FUNDO é uma comunhão de recursos, constituída sob a forma de condomínio de natureza especial nos termos do art. 1.368-C do Código Civil, destinados à aplicação em ativos financeiros, bens e direitos de qualquer natureza, sendo a ele aplicáveis às regras e condições descritas no presente REGULAMENTO, observadas as disposições legais que lhe forem aplicáveis.

1.4 Este FUNDO poderá contar com classes de cotas com patrimônio segregado.

1.5 As classes têm por objetivo propiciar aos seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicação em ativos financeiros conforme previsto em sua política de investimento.

1.6 A CLASSE poderá ter Subclasses vinculadas, que serão diferenciadas por: I – público-alvo; II – prazos e condições de aplicação, amortização e resgate; III – taxas de administração, gestão, máxima de distribuição, ingresso e saída; e IV – outros direitos econômicos e direitos políticos, nos termos da regulamentação em vigor. Embora o Regulamento possa ter uma seção denominada "Apêndice" com a previsão de "Subclasse" para fins estritamente documentais, conforme autorizado pelo Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2023/CVM/SIN/SSE, a primeira Subclasse poderá ser constituída futuramente, de maneira unilateral, pelos prestadores de serviços essenciais, cabendo ao ADMINISTRADOR comunicar os Cotistas da CLASSE acerca do início da Subclasse vinculada. Dessa forma, até que ocorra a primeira integralização de cotas da primeira Subclasse, ou seja, a efetiva disponibilização dos recursos investidos pelos cotistas ou pelo Distribuidor que atue por conta e ordem de seus clientes, o Apêndice que já consta no Regulamento deverá ser considerado parte integrante do Anexo e as menções à Subclasse deverão ser lidas como menções à sua respectiva Classe.

1.7 Este REGULAMENTO deve ser lido e interpretado em conjunto com seus anexos e apêndices, se houver, e é regido pela RESOLUÇÃO nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, bem como pelo seu Anexo Normativo I ("RESOLUÇÃO") sem prejuízo das demais normas e diretrizes regulatórias e da autorregulação. Este REGULAMENTO dispõe sobre as informações gerais do FUNDO e comuns às suas classes e às respectivas subclasses, quando houver. Cada anexo que integra o presente REGULAMENTO dispõe sobre as informações específicas de cada classe, e comuns às respectivas subclasses, quando houver. O apêndice que integra o anexo dispõe sobre informações específicas de cada subclasse, se houver.

1.8 Em caso de divergência entre as condições estipuladas no REGULAMENTO, deverá ser sempre considerada a previsão mais específica, de modo que o Anexo prevalecerá sobre as Informações Gerais, e os Apêndices prevalecerão sobre as Informações Gerais e o Anexo.



2. PRESTADORES DE SERVIÇOS

2.1 SAFRA ASSET CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.¹ (nova denominação social da Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários) – CNPJ Nº 65.913.436/0001-17 ("ADMINISTRADOR"): Ato Declaratório CVM nº 951, de 30 de maio de 1989. Sede: Avenida Paulista, nº 2100, São Paulo/SP, CEP: 01310-930. O ADMINISTRADOR, nos termos da Res. 21, é devidamente autorizado a atuar como prestador de serviços de administração de carteira, na categoria "Administrador Fiduciário".

2.2 SAFRA ASSET CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.¹ (nova denominação social da GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS) – CNPJ Nº 65.913.436/0001-17 ("GESTOR"): Ato Declaratório CVM nº 951, de 30 de maio de 1989. Sede: Avenida Paulista, nº 2100, São Paulo/SP, CEP: 01310-930. O GESTOR, nos termos da Res. 21, é devidamente autorizado a atuar como prestador de serviços de administração de carteira, na categoria "Gestor de Recursos".

¹ A alteração da denominação do ADMINISTRADOR e GESTOR, de "GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS" para "SAFRA ASSET CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A", está sujeita à aprovação prévia pelo Banco Central do Brasil e, até a presente data, tal aprovação ainda não foi concedida.

2.3 ADMINISTRADOR E GESTOR são considerados prestadores de serviços essenciais pela RESOLUÇÃO.

3. CLASSE DE COTAS ("Classe")

3.1 ☒ Classe Única ☐ Classes diversas com patrimônio segregado

3.2 O item acima poderá ser alterado por ato dos prestadores essenciais.

3.3 O patrimônio do FUNDO será formado por uma Classe Única de cotas. A características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização e resgate das cotas encontram-se descritas no Anexo da Classe ou no Apêndice da sua respectiva Subclasse, se houver.

3.4 As Classes de cotas do FUNDO possuem patrimônio segregado entre si, com direitos e obrigações distintos, nos termos da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) e conforme regulamentada pela RESOLUÇÃO. Caso o patrimônio líquido de uma Classe se torne negativo, não haverá transferência de direitos e obrigações desta Classe às demais que integrem o mesmo FUNDO. Não há, em qualquer hipótese, solidariedade ou qualquer forma de coobrigação entre as Classes.

3.5 Os prestadores de serviços essenciais poderão, de comum acordo e seu exclusivo critério, criar novas Classes e suas respectivas Subclasses no FUNDO, desde que não restrinjam direitos atribuídos às Classes e Subclasses já existentes.

4. SUBCLASSE DE COTAS ("Subclasse")

4.1 ☒ Há Subclasses ☐ Não há Subclasses

4.2 O item acima poderá ser alterado por ato dos prestadores de serviços essenciais.



5. DEMAIS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

5.1 ENCARGOS, DESPESAS E RATEIO ENTRE AS CLASSES – Os encargos e demais despesas, conforme previstos na regulamentação, serão arcados pela respectiva classe, podendo ser diretamente cobrados das referidas classes ou, conforme o caso, cobradas diretamente do FUNDO, hipótese em que as despesas serão rateadas proporcionalmente entre as classes e delas debitados diretamente.

5.2 FORMA DE CONDOMÍNIO – As Classes poderão ser de (i) condomínio aberto ou regime aberto, em que os cotistas podem solicitar o resgate de suas cotas a qualquer tempo, observado o prazo de cotização; ou (ii) condomínio fechado ou regime fechado: em que as cotas somente são resgatadas ao término do prazo de duração da Classe. A forma de condomínio estará indicada no Anexo da Classe.

5.3 PRAZO DE DURAÇÃO – O FUNDO tem prazo de duração indeterminado, porém as Classes poderão ter prazos distintos, conforme indicado no Anexo das respectivas Classes.

5.4 EXPOSIÇÃO A CRÉDITO PRIVADO E INVESTIMENTOS NO EXTERIOR – As regras relativas a essas modalidades de ativos estarão previstas no Anexo da Classe.

5.5 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO – A taxa de administração e a taxa de gestão deverão remunerar os prestadores de serviços essenciais e estarão definidas no Apêndice da respectiva Subclasse. A taxa de administração ou gestão, conforme o caso, pode ser destinada a doações para entidades sem fins lucrativos, a serem efetuadas diretamente pela Subclasse, hipótese que deverá ser prevista no Apêndice da respectiva Subclasse, para uso em programas, projetos e finalidades de interesse público, desde que as referidas entidades possuam demonstrações contábeis anualmente auditadas por auditor independente registrado na CVM.

5.6 TAXA DE PERFORMANCE – As regras específicas para cobrança e apuração de taxa de performance estarão descritas no Apêndice da respectiva Subclasse.

5.7 EXERCÍCIO SOCIAL – O encerramento do exercício social do FUNDO ocorrerá no último dia útil de **março**, e o encerramento do exercício social das Classes será indicado no respectivo Anexo.

6. AVISOS E REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AO FUNDO

(Recomenda-se a leitura cuidadosa pelo investidor)

6.1 DOS PRINCIPAIS RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO E NAS SUAS CLASSES DE COTAS – O objetivo previsto no REGULAMENTO e no(s) anexos da(s) Classe(s) não se caracteriza como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade, representando apenas meta a ser perseguida pelo GESTOR. Não há garantia de que o FUNDO terá o tratamento tributário para FUNDOS de longo prazo, nos termos da legislação aplicável. Este investimento não é coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura do FUNDO, da(s) Classe(s) e/ou Subclasses, se houver. Os cotistas, ao investirem nas Classes/Subclasses de cotas do FUNDO, estão sujeitos aos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que possam estar previstos no anexo da Classe e na documentação de adesão ao FUNDO: (i) riscos de mercado; (ii) riscos de crédito; (iii) riscos de liquidez; (iv) risco operacional; (v) risco do tratamento fiscal; e (vi) risco regulatório. Os riscos aqui mencionados serão especificados no termo de adesão e ciência de riscos e nos materiais de divulgação da respectiva Classe/Subclasse, conforme composição da carteira indicada na



política de investimento da Classe, e poderão afetar o patrimônio da Classe e das Classes investidas, sendo que o ADMINISTRADOR e o GESTOR não poderão ser responsabilizados por qualquer resultado negativo na rentabilidade da Classe/Subclasse, depreciação dos ativos financeiros integrantes da carteira ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação da Classe ou resgate de cotas, sendo os mesmos responsáveis tão somente por perdas ou prejuízos resultantes de comprovado erro ou má-fé de sua parte, sem solidariedade.

6.2 DA RESPONSABILIDADE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – Os prestadores de serviços respondem no limite de suas competências e atribuições na forma prevista no art. 1368-D do Código Civil Brasileiro e na regulamentação aplicável, quanto ao cumprimento dos deveres particulares de cada um, sem solidariedade. As responsabilidades dos prestadores de serviços essenciais e seus contratados para atuar no FUNDO e/ou nas Classes, conforme o caso, serão aferidas a partir do processo dos serviços que prestam, neste REGULAMENTO, no anexo, no apêndice, conforme o caso, e contratualmente.

6.3 DA RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS – A responsabilidade dos cotistas poderá ser (i) ilimitada, hipótese na qual responderá com seu próprio patrimônio sendo necessária, inclusive, a assinatura de termo de ciência e assunção de responsabilidade ilimitada, ou (ii) limitada ao valor por ele subscrito. A definição da responsabilidade limitada estará prevista na Classe do FUNDO mediante a previsão do sufixo “responsabilidade limitada”.

6.4 DO INVESTIMENTO NO FUNDO – A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas da Classe ou Subclasse vinculada ao FUNDO, se houver. A aplicação de cotas deve ser realizada preferencialmente em moeda corrente nacional e poderá ser realizada mediante a integralização em ativos financeiros, a critério dos prestadores de serviços essenciais e desde que observado os termos da regulamentação. O ADMINISTRADOR poderá recusar proposta de investimento inicial feita por qualquer investidor, em função das disposições trazidas pela legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro ou do não enquadramento do investidor no segmento de clientes ao qual a Classe/Subclasse se destina.

6.5 DA EMISSÃO DE COTAS – As cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio, sendo escriturais e nominativas, e conferirão os direitos e obrigações aos cotistas conforme descritos no anexo da Classe ou apêndice da Subclasse. As cotas, conforme definido na Classe ou Subclasse, se houver, poderão ser definidas como: (i) “cota de fechamento”, o valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido da Classe/Subclasses pelo número de cotas da respectiva Classe/Subclasses, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido como sendo o horário de fechamento dos mercados em que a Classe do FUNDO atua; ou (ii) “cota de abertura”, conforme previsto na regulamentação em vigor, o valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido do dia anterior, devidamente atualizado por 1 (um) dia, pelo número de cotas da respectiva Classe/Subclasse. Caso a Classe do FUNDO atue direta ou indiretamente em mercados no exterior, o valor da cota do dia poderá ser calculado no horário de fechamento dos respectivos mercados nos quais a Classe do FUNDO atue. O valor da cota de emissão da Classe ou Subclasse, conforme o caso, será definido a exclusivo critério dos prestadores de serviços essenciais.

6.6 DO RESGATE E/OU AMORTIZAÇÃO DE COTAS – Durante o período de duração do FUNDO, as cotas poderão ser objeto de resgates e/ou amortização, os quais serão convertidos em reais utilizando por base o valor da cota conforme definido na Classe e Subclasse, se houver, devendo obrigatoriamente serem observadas as regras e valores mínimos de movimentação, bem como os tributos incidentes sobre os rendimentos auferidos, se houver. Excepcionalmente, a critério dos prestadores de serviços essenciais e desde que observado os termos da regulamentação, o resgate e/ou amortização poderá ser realizado mediante a entrega de ativos financeiros ao cotista do FUNDO. No caso de FUNDO com prazo de duração determinado, quando do término do prazo de duração da Classe, as cotas serão automática e integralmente resgatadas pelo ADMINISTRADOR e pagas aos cotistas, observadas as regras específicas descritas no Anexo da Classe ou no Apêndice da Subclasse, se houver.



6.7 DO RESGATE E/OU AMORTIZAÇÃO COMPULSÓRIA – O ADMINISTRADOR poderá realizar o resgate ou amortização compulsória de cotas, mediante prévia comunicação aos cotistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis ou conforme determinado em ordem emitida pelo poder judiciário e/ou órgãos reguladores. O resgate ou amortização compulsória será realizada a critério do ADMINISTRADOR, isenta a cobrança de taxa de saída (quando houver), observadas as seguintes regras: (i) será realizado em moeda corrente nacional ou em ativos financeiros de titularidade do FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR; (ii) no pagamento com ativos financeiros será utilizado o valor dos ativos precificados na carteira do FUNDO seguindo as regras e procedimentos estabelecidos no manual de marcação a mercado do ADMINISTRADOR; e (iii) o resgate ou amortização compulsória deve ser realizado de forma equânime, simultânea e proporcional entre todos os cotistas da mesma Classe e Subclasse.

6.8 DA BARREIRA DE RESGATE (“GATE”) – O GESTOR poderá em conjunto com o ADMINISTRADOR, estabelecer a existência de barreiras aos resgates visando a preservação do patrimônio e liquidez da respectiva Classe, conforme parâmetros definidos no anexo da Classe ou apêndice da Subclasse, se houver, devendo a barreira ser aplicada de forma equânime entre todos os cotistas da Classe/Subclasse. Nas classes destinadas ao público em geral, os parâmetros de liquidez que autorizam a adoção do mecanismo devem levar em consideração, no mínimo, a representatividade dos resgates solicitados em relação ao patrimônio líquido da Classe. Nas Classes restritas, o anexo da Classe ou apêndice da Subclasse poderão dispor livremente acerca dos parâmetros de liquidez.

6.9 DA REGRA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS DA CARTEIRA DO FUNDO/CLASSE – O valor dos ativos financeiros será apurado, para efeito de cálculo do valor da cota da Classe, de acordo com a seguinte metodologia: (a) ativos financeiros do mercado nacional – diariamente, conforme manual de precificação do ADMINISTRADOR, preferencialmente, com base em fontes públicas do mercado nacional; (b) ativos financeiros do mercado internacional – sempre que possível, será realizada da mesma forma e no mesmo horário que para os ativos financeiros do mercado nacional. Caso os ativos financeiros do mercado internacional não tenham sua cotação diária divulgada até o momento da apuração do valor diário da cota da Classe, o valor desses ativos será estimado, preferencialmente, com base em fontes públicas internacionais; e (c) consolidação do valor dos ativos financeiros da Classe e das Classes investidas e determinação do patrimônio global da Classe – o valor dos ativos financeiros obtidos nos termos dos itens (a) e (b) acima serão consolidados para fins da apuração do valor global do patrimônio da respectiva Classe.

6.10 DAS SITUAÇÕES DE ILIQUIDEZ DOS ATIVOS DO FUNDO/CLASSE – Nas situações de fechamento do mercado e/ou iliquidez dos ativos da carteira da Classe do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o ADMINISTRADOR ou o GESTOR, nas suas respectivas esferas de competência, a seu exclusivo critério poderão proceder: (i) com o fechamento do FUNDO/Classe para resgates e/ou amortização; ou (ii) com a cisão dos ativos ilíquidos (“SIDE POCKET”), desde que observados em ambos os casos os seguintes procedimentos:

- (i) **FECHAMENTO PARA RESGATE E/OU AMORTIZAÇÃO** – o ADMINISTRADOR, o GESTOR ou ambos podem declarar o fechamento da Classe de cotas para a realização de resgates, devendo proceder com a imediata divulgação de fato relevante, tanto por ocasião do fechamento, quanto da reabertura da Classe. Nessa situação, todos os pedidos de resgate que estejam pendentes de conversão quando do fechamento para resgates devem ser cancelados. Caso a Classe permaneça fechada para resgates por período superior a 5 (cinco) dias úteis, o ADMINISTRADOR deverá convocar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, assembleia de cotistas da Classe afetada, a ser realizada em até 15 (quinze) dias, para deliberar sobre as seguintes possibilidades, poderão ser adotadas de modo isolado ou conjuntamente: (a) reabertura ou manutenção do fechamento para resgate; (b) cisão do FUNDO ou da Classe; (c) liquidação; e (d) desde



que de comum acordo com os cotistas que terão as cotas resgatadas, manifestada na assembleia ou fora dela, resgate de cotas em ativos da Classe.

- (ii) **SIDE POCKET** – nessa hipótese, em alternativa ou concomitante à situação (i) indicada acima, o ADMINISTRADOR e/ou GESTOR, ou ambos, poderão a seu exclusivo critério, decidir pela cisão de ativos ilíquidos da Classe para uma classe fechada, ou de uma nova subclasse de classe fechada já existente especificamente constituída, atingindo de forma proporcional todos os cotistas daquela Classe, de modo a viabilizar a gestão de tais ativos de forma isonômica e equânime entre os cotistas, buscando a sua liquidez, observado que não poderá resultar em aumento dos encargos atribuídos à classe de cotas. Nessa hipótese, o GESTOR deverá enviar comunicado por meio eletrônico ou físico aos cotistas da Classe objeto do SIDE POCKET, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência da sua realização.

6.11 DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA – A Classe poderá ser liquidada nas hipóteses previstas na regulamentação em vigor ou, ainda, por deliberação da assembleia especial de cotistas. Nesse caso, o GESTOR apresentará o plano de liquidação, que deverá conter, no mínimo, prazos e condições detalhadas para fins de seu devido cumprimento, além das respectivas justificativas para arbitramento de tais prazos e condições, conforme aplicável, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades e obrigações pendentes que a referida Classe possua com relação a terceiros.

6.12 DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO – Caso o ADMINISTRADOR verifique que o patrimônio líquido da Classe de cotas está negativo e a responsabilidade dos cotistas seja limitada ao valor por eles subscrito, ele deverá, imediatamente, em relação à classe de cotas cujo patrimônio líquido está negativo: (a) fechar para resgates e não realizar amortização de cotas; (b) não realizar novas subscrições de cotas; (c) comunicar a existência do patrimônio líquido negativo ao GESTOR; (d) divulgar fato relevante, nos termos do art. 64 da RESOLUÇÃO; (e) cancelar os pedidos de resgate pendentes de conversão; e (f) no prazo previsto na RESOLUÇÃO, elaborar um plano de resolução do patrimônio líquido negativo, em conjunto com o GESTOR, seguindo os procedimentos e requisitos previstos na norma. Se o FUNDO não possuir patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, aplicam-se as regras de insolvência previstas nos artigos 955 a 965 do Código Civil Brasileiro, na forma determinada pelo seu artigo 1.368-e, § 1º.

6.13 DA REGRA DE COTIZAÇÃO EM FERIADOS – Não serão considerados dias úteis para fins de cotização os dias considerados feriados nacionais. Os pedidos de aplicações e resgates solicitados nos dias sem expediente bancário nacional ou realizados fora dos horários estabelecidos pelo ADMINISTRADOR serão processados no dia subsequente em que houver expediente bancário, como se nesse dia tivessem sido solicitados. Em feriados municipais ou estaduais, o FUNDO funcionará normalmente, ficando o investidor sujeito apenas às restrições provenientes da falta de expediente bancário em sua respectiva praça. O Anexo da Classe poderá dispor de regras específicas de feriados.

6.14 DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS – Os resultados recebidos pela Classe serão incorporados em seu patrimônio na data do evento. A Classe incorporará dividendos, juros sobre capital próprio e outros rendimentos porventura advindos de ativos que integrem a carteira da Classe ao seu patrimônio líquido. As quantias correspondentes aos acordos de remuneração celebrados pela classe serão estimadas diariamente e provisionadas na carteira da Classe, bem como refletidas no valor das cotas da Classe. As referidas provisões poderão sofrer ajustes quando do efetivo pagamento das correspondentes quantias, o que deverá ocorrer na data de apropriação da taxa de administração/gestão e/ou performance pelas Classes investidas.

6.15 DAS ASSEMBLEIAS GERAIS (FUNDO) DAS ASSEMBLEIAS ESPECIAIS (CLASSE) – A assembleia de cotistas poderá, a critério do ADMINISTRADOR, ser realizada de modo presencial ou eletrônico, sendo nesse último caso considerada como ocorrida na sede do ADMINISTRADOR. As assembleias poderão impactar todo o FUNDO ou apenas uma ou mais



Classes e/ou Subclasses específicas, conforme o caso. Os cotistas, desde que devidamente registrados junto ao ADMINISTRADOR, poderão, por si e/ou seus representantes legais, manifestar seus votos nas referidas assembleias por meio físico e/ou eletrônico, através de e-mail, plataformas eletrônicas e/ou sistemas de registro de votos, ou ambos. Nesse sentido, os cotistas poderão se manifestar por meio (i) físico, mediante o envio e/ou entrega de seu voto na sede do ADMINISTRADOR; e/ou (ii) eletrônico, utilizando-se de seu endereço eletrônico (e-mail) previamente cadastrado junto ao ADMINISTRADOR, observado que serão válidos os votos recebidos pelo ADMINISTRADOR por qualquer dos meios aqui indicados desde que antes do início da assembleia, observado o disposto no REGULAMENTO e no instrumento de convocação. As deliberações da assembleia geral ou da assembleia especial podem ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos cotistas, desde que concedido aos cotistas o prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação.

6.16 POLÍTICA DE VOTO (PROXY VOTING) – Na hipótese de tratar-se de um FUNDO/CLASSE exclusiva, conforme definição da legislação vigente, os COTISTAS autorizam o GESTOR a não adotar sua política de direito de voto nas assembleias gerais e especiais ordinárias e/ou extraordinárias das companhias e/ou fundos/classes de investimento nos quais o FUNDO/CLASSE detenha participação, nos termos das Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros. No entanto, caso entenda aplicável, o GESTOR poderá adotar sua Política de Voto (proxy voting), a qual encontra-se disponível na rede mundial de computadores por meio do endereço eletrônico <http://www.safraasset.com.br/outras/proxy.asp>.

6.17 DO QUÓRUM – A presença da totalidade dos cotistas supre a falta de convocação. As deliberações da assembleia geral ou assembleia especial serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto, exceto com relação à substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR e/ou do CUSTODIANTE por sociedade que não seja controladora, controlada, coligada ou sob controle comum com o ADMINISTRADOR, o GESTOR ou o CUSTODIANTE, conforme o caso, hipótese em que será exigido quórum qualificado de metade mais 1 (uma) das cotas emitidas para a aprovação da matéria. As assembleias gerais relativas à aprovação de contas poderão contar com a aprovação automática das demonstrações contábeis do FUNDO e/ou Classes, desde que (i) o relatório de auditoria não contenha opinião modificada; e (ii) os cotistas não enviem sua manifestação de voto até a data de sua realização.

6.18 DA PROTEÇÃO DA MARCA – Na hipótese substituição da administração e/ou da gestão do FUNDO por empresa não ligada ao Grupo Safra, a assembleia geral de cotistas que eleger o ADMINISTRADOR e/ou GESTOR substituto também deverá aprovar a alteração da denominação do FUNDO, caso a denominação do FUNDO esteja associada ao Grupo Safra, ou contenha elementos de marca protegida pelo Grupo Safra. O Novo Administrador e/ou Novo Gestor deverão providenciar dentro de, no máximo, 40 (quarenta) dias a contar da data de transferência da administração do FUNDO, a alteração de sua denominação perante os órgãos reguladores/autorreguladores e entidades de mercado, inclusive em meios e canais de veiculação, internet, extratos e/ou materiais diversos. Se a denominação do FUNDO não for alterada na hipótese de alteração do ADMINISTRADOR e/ou GESTOR do FUNDO para outra empresa não ligada ao Grupo Safra, o FUNDO e/ou o Novo Administrador e/ou Novo Gestor serão responsáveis por violação dos direitos do ADMINISTRADOR e/ou GESTOR, conforme o caso, e o FUNDO e/ou o Novo Administrador e/ou Novo Gestor, de maneira solidária, responderão por perdas e danos.

6.19 DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM OS COTISTAS – As informações ou documentos relativos ao FUNDO ou da Classe de cotas poderão ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados aos cotistas, ou por eles acessados, por meio de canais eletrônicos e/ou através do site do ADMINISTRADOR, GESTOR e/ou Distribuidor na rede mundial de computadores. O cotista poderá ter acesso a informações também mediante consulta ao website da CVM (sistemas CVM). O ADMINISTRADOR atuará para que todos os documentos e informações relacionados ao FUNDO ou a Classe de cotas sejam disponibilizados aos cotistas, preferencialmente, por meios eletrônicos. Na hipótese de envio, pelo ADMINISTRADOR, de



correspondência física para o endereço de cadastro do cotista, os custos decorrentes deste envio poderão ser suportados pelos cotistas que optarem por tal recebimento. Caso o ADMINISTRADOR não seja comunicado sobre a atualização do endereço do(s) cotista(s), seja para envio de correspondência por meio eletrônico ou físico, o ADMINISTRADOR fica exonerado do dever de lhe prestar as informações previstas na regulamentação vigente, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

6.20 DA ASSINATURA ELETRÔNICA – os documentos relacionados ao FUNDO poderão ser assinados eletronicamente através de plataformas de assinatura digital, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, nos termos do art. 10 § 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, renunciando a possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega de vias físicas, bem como renunciando ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

6.21 SAC E OUVIDORIA – Em caso de dúvidas e/ou reclamações, o cotista poderá contatar o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor por meio do telefone 0800 772 5755 (atendimento 24h por dia, 7 dias por semana). Caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito/a, contatar a Ouvidoria: 0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.

6.22 DO FORO – Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao FUNDO e às suas Classes e Subclasses de cotas.



ANEXO



FRONTIER

Classe de Investimento Multimercado Crédito Privado
CNPJ/MF sob o nº 34.200.554/0001-54

REGRAS APLICÁVEIS À CLASSE ÚNICA DE COTAS:

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 REGIME DE RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS

☐ Limitada ☒ Ilimitada

1.2 HÁ SUBCLASSE?

☒ Sim ☐ Não

1.3 PÚBLICO-ALVO CVM:

☐ Investidores em Geral ☐ Investidores Qualificados ☒ Investidores Profissionais

Vide especificações do público-alvo (segmento) no seu respectivo Apêndice.

1.4 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO COTISTA:

☐ RPPS – Res. 4.963 ☐ EAPC – Res. 4.993 ☐ EFPC - Res. 4.994 ☒ Não Aplicável

1.5 PRAZO DE DURAÇÃO DA CLASSE:

☐ Indeterminado ☒ Determinado

Previsão de Encerramento: 10 (dez) anos, contados a partir da primeira integralização, podendo ser prorrogado por 2 (dois) anos, observadas as disposições legais que lhe forem aplicáveis e, em especial, o disposto no Regulamento, ou conforme deliberado em Assembleia Geral ou Especial de cotistas.

O período de investimento se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte à data da integralização de cotas e se estenderá por 2 (dois) anos, estando enquadrado dentro desse período os compromissos de investimentos firmados pelo FUNDO/Classe, independentemente da data em que forem efetuadas as chamadas de capital, as quais poderão ocorrer mesmo após esse prazo de 2 anos (“Período de Investimento”).

1.6 REGIME CONDOMINIAL DA CLASSE:

☐ Aberto ☒ Fechado

Caso a Classe seja fechada, as regras gerais para amortização de cotas encontram-se descritas no Regulamento – Informações Gerais, e as regras específicas no Apêndice de sua respectiva Subclasse.

1.7 TIPO DE COTA:

☒ Fechamento ☐ Abertura

1.8 PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA COTA

☒ Diária ☐ Mensal

1.9 BARREIRAS PARA RESGATE (GATE):

☐ Sim ☒ Não



As regras gerais para barreiras de resgate encontram-se descritas no Regulamento – Informações Gerais, e os seus parâmetros serão estabelecidos no Anexo da Classe, se houver.

1.10 ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL DA CLASSE:

Mês de Encerramento: **março**.

2. DEMAIS PRESTADORES DA CLASSE

2.1 DISTRIBUIDOR: BANCO SAFRA S/A, CNPJ Nº: 58.160.789/0001-28.

2.2 CUSTODIANTE: BANCO SAFRA S/A, CNPJ Nº: 58.160.789/0001-28 ("CUSTODIANTE"): Ato Declaratório da CVM nº 6.390, de 13 de junho de 2001 responsável pelos serviços de custódia dos ativos financeiros da carteira, escrituração de cotas, tesouraria e controladoria de ativos e passivos.

2.3 AUDITOR INDEPENDENTE: O Cotista poderá acessar essa informação no website da CVM através do link: <https://web.CVM.gov.br/app/FUNDOSweb/#/consultapublica> na aba "participantes"

2.4 OUTROS PRESTADORES: EMERALD GESTAO DE INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPessoal LTDA., CNPJ Nº: 09.815.294/0001-84 ("CONSULTOR"). Ato Declaratório CVM nº 15.631, de 04 de maio de 2017, responsável pela atividade de consultoria.

As alterações dos demais prestadores de serviços previstos neste Anexo poderão ser realizadas por ato dos prestadores de serviços essenciais.

3. OBJETIVO DA CLASSE

3.1 OBJETIVO: O objetivo do FUNDO/CLASSE é buscar retorno aos cotistas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento em participação ("FIP") ou veículos de investimento no exterior, em ambos os casos, cuja política de investimento seja investir em ações, bônus de subscrição, debêntures simples ou conversíveis, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas ("Ativos Alvo").

O FUNDO/CLASSE poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos em um mesmo emissor e em ativos financeiros emitidos e/ou negociados no exterior, nos termos da legislação aplicável.

3.2 TIPIFICAÇÃO CVM: Multimercado

3.3 SUBTIPIFICAÇÃO CVM: Não se aplica.

3.4 CIC - CLASSE DE INVESTIMENTO EM COTAS: ☐ Sim ☒ Não

3.5 LIMITE PARA CRÉDITO PRIVADO: Até 100%.

3.6 LIMITE PARA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Até 100%.

4. PRINCIPAIS RISCOS DA CLASSE



4.1 RISCO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR: O FUNDO/Classe poderá manter até 100% (cem por cento) de seu capital subscrito investido em ativos financeiros negociados no exterior ou adquirir cotas de fundos de investimento que invistam no exterior. Consequentemente, sua performance pode ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais ele invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos do FUNDO/Classe estarão expostos a alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde investe, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre países onde o Fundo invista e o Brasil, o que pode interferir na liquidez e no desempenho do Fundo.

4.2 LIQUIDEZ REDUZIDA DOS ATIVOS: Caso o FUNDO/Classe precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos ou valores mobiliários integrantes da carteira, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do FUNDO/Classe, e, consequentemente, do capital investido pelos COTISTAS.

4.3 RESTRIÇÕES AO RESGATE DE COTAS E LIQUIDEZ REDUZIDA: O FUNDO/Classe, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite resgate de cotas a qualquer momento. Dessa forma, para um COTISTA interessado em alienar suas cotas, deverá ser encontrado, um adquirente para a sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Profissional. Os COTISTAS poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas COTAS no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das COTAS. Os COTISTAS devem estar cientes de que a liquidez das COTAS do FUNDO/Classe é considerada baixa.

4.4 RISCO DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS: A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos da carteira da CLASSE/FUNDO e do ATIVO ALVO será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e demais operações estabelecidas no REGULAMENTO, no regulamento do ATIVO ALVO e na regulamentação em vigor, havendo o risco de que a avaliação da Carteira não reflita necessariamente o valor da Carteira quando da venda de ativos. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do ATIVO ALVO e da CLASSE/FUNDO, podendo resultar em perdas aos Cotistas.

4.5 RISCO DE DESCONTINUIDADE: O Regulamento do ATIVO ALVO estabelece algumas hipóteses de liquidação antecipada. Nessas situações, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida pelo FUNDO, pelo ADMINISTRADOR, GESTOR ou pelo CUSTODIANTE nenhuma indenização, multa ou penalidade a qualquer Cotista, a qualquer título, em decorrência desse fato

4.6 MERCADO: Os ativos financeiros da Classe do FUNDO podem ser afetados por fatores econômicos e/ou políticos nacionais e internacionais, bem como por condições dos mercados de juros de qualquer prazo, índices de preços, oscilações nos preços de moedas negociadas no mercado local ou no exterior, oscilações provocadas por motivos conjunturais ou específicos nos preços das ações de companhias abertas com sede no Brasil ou no exterior, oscilações nos preços de commodities nos mercados locais e internacionais, entre outros. A redução ou inexistência de demanda dos ativos e a situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e valores mobiliários também podem impactar seu valor. Tais variações podem acarretar oscilação no valor das cotas Classes ou Subclasses do FUNDO e a valorização ou depreciação do capital aplicado.

4.7 MERCADO EXTERNO: A performance da Classe ou Subclasse do FUNDO poderá ser afetada por aspectos legais e/ou regulatórios, por alterações nas condições política,



econômica e social, por exigências tributárias dos países nos quais ele invista ou pela mudança da paridade da moeda brasileira em relação a determinadas moedas.

4.8 LIQUIDEZ: A redução ou inexistência de demanda dos ativos integrantes da carteira da Classe do FUNDO nos mercados em que são negociados, no prazo e pelo valor desejado, pode prejudicar a rentabilidade da Classe ou Subclasse do FUNDO ou dificultar o atendimento dos prazos de resgate estabelecidos.

4.9 CRÉDITO: O inadimplemento dos emissores dos ativos integrantes da carteira da Classe do FUNDO ou das contrapartes em operações realizadas com a Classe do FUNDO podem acarretar efeitos negativos para a Classe do FUNDO. Dentro dessa categoria de risco destacam-se, dentre outros, as oscilações do valor dos ativos provenientes da variação do spread de crédito privado de qualquer perfil de risco e do spread de crédito soberano.

4.10 NÃO OBTENÇÃO DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO: Como regra geral, o FUNDO/Classe e seus COTISTAS estão sujeitos às regras de tributação descritas abaixo. No entanto, o tratamento tributário pode ser alterado a qualquer tempo, motivo pelo qual o cotista deve consultar seus assessores jurídicos a fim de manter-se atualizado a tal respeito. A tributação aplicável aos COTISTAS do FUNDO/Classe, como regra geral, é a seguinte: I - Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"): a GESTORA buscará manter na CARTEIRA ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e, por consequência, para fins tributários, o FUNDO/Classe poderá obter a classificação de "longo prazo". Assim, os rendimentos auferidos pelo cotista sujeitar-se-ão à tributação pelo IRRF por ocasião do resgate, a alíquotas decrescentes (22,5%, 20%, 17,5% ou 15%), de acordo com o prazo de aplicação, observado que poderá haver eventuais alterações na legislação que implicarão na cobrança semestral (come-cotas) à alíquota de 15%, no último dia útil dos meses de maio e novembro, sendo a diferença apurada e cobrada nos resgates nas alíquotas acima indicadas. O GESTOR buscará manter na CARTEIRA ativos com prazo médio superior a 365 dias e, para fins tributários, o FUNDO/Classe poderá obter a classificação de "longo prazo". Caso esse cenário não se realize, os rendimentos auferidos pelo cotista sujeitar-se-ão à tributação dos fundos classificados como "curto prazo", que consiste em IRRF semestral (come cotas) – se houver - à alíquota de 20% e, por ocasião do resgate, a alíquotas decrescentes (22,5% ou 20%), de acordo com o prazo de aplicação. II - Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"): incidirá IOF regressivo nas aplicações com prazo inferior a 30 (trinta) dias, conforme tabela anexa ao Decreto n.º 6.306/07 (e alterações posteriores). Na hipótese de serem investidores do FUNDO/Classe os Residentes no Exterior, as Instituições Financeiras, Seguradoras, Fundos e Clubes de Investimentos, Entidades de Previdência Aberta ou Fechadas, os Regimes Próprios de Previdências Social, ou outros investidores que por força de lei possuam uma categorização própria, serão observadas as regras específicas de tributação e demais regras aplicáveis a essas respectivas categorias de investidor. A tributação aplicável ao FUNDO/Classe, em geral, é a seguinte: (I) Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da CARTEIRA do FUNDO/Classe são isentos do IRRF. (II) Os rendimentos e ganhos auferidos pela CARTEIRA do FUNDO/Classe estão atualmente sujeitos à alíquota zero de IOF/Títulos, em conformidade com o §15, do art. 32-A, do Decreto n.º 6.306/2007.

4.11 ESTRATÉGIAS DE ALAVANCAGEM: Estratégias de alavancagem podem aumentar a volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de rentabilidade das operações realizadas, não produzir os efeitos pretendidos e/ou provocar significativas perdas patrimoniais.

4.12 RISCOS DE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No



entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar O FUNDO/Classe, os Ativos integrantes da CARTEIRA e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao FUNDO/Classe, aos Ativos integrantes da CARTEIRA e/ou aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade dos Cotistas, E NA EVENTUAL OBRIGAÇÃO DE APORTE PARA PAGAMENTO DOS MESMOS NA HIPÓTESE DE INEXISTENCIA DE RECURSOS LIQUIDOS NA CARTEIRA DO FUNDO/Classe.

4.13 LEGAL: A instituição ou alteração de leis ou normas, inclusive tributária, ou ainda, a modificação no entendimento de órgãos públicos e tribunais com relação à legislação, pode resultar na modificação das regras aplicáveis ao FUNDO, bem como na criação de tributos, alteração de bases de cálculo, majoração de alíquotas ou revogação de benefícios fiscais, o que poderá sujeitar o FUNDO ou seus COTISTAS a encargos que não foram previstos e/ou impactar negativamente o patrimônio líquido da Classe ou Subclasse do FUNDO.

4.14 CONCENTRAÇÃO: Quanto maior a concentração dos investimentos do FUNDO/Classe em um número limitado de Companhias Investidas, maior será a exposição do FUNDO/Classe em relação ao risco das Companhias Investidas.

4.15 RISCO DE PERFORMANCE OPERACIONAL, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS COMPANHIAS INVESTIDAS PELOS ATIVOS ALVO: As Companhias investidas pelos FIPs objeto de investimento pelo FUNDO/Classe estão em estágio incipiente, razão pela qual o sucesso empresarial da respectiva Companhia depende de inúmeros fatores. Tais riscos ocorrem quando a produtividade não atinge os níveis previstos originalmente quando da decisão de investimento pelo FUNDO/Classe, comprometendo a geração de caixa e o cumprimento de obrigações. A origem de tais riscos, pode estar relacionada à aceitação dos produtos e serviços pelo mercado consumidor, o emprego de tecnologia nova não testada adequadamente, planejamento de operação e manutenção inadequados, equipe técnica e obsolescência tecnológica.

4.16 NÃO REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PELO FUNDO: Os investimentos do FUNDO/Classe são considerados de longo prazo e o retorno do investimento no(s) Ativos Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo COTISTA. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FUNDO/Classe estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento do FUNDO/Classe, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos.

4.17 RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS: O FUNDO/Classe está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro e de capitais brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do FUNDO/Classe. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO/Classe ou, ainda, outros relacionados ao próprio FUNDO, o que poderá afetar a rentabilidade de sua carteira.



4.18 INEXISTÊNCIA DE GARANTIA DE RENTABILIDADE: A verificação de rentabilidade passada em qualquer FUNDO/Classe ou no próprio FUNDO/Classe não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo no(s) Ativos(s)-Alvo não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o FUNDO/Classe. Ademais, as aplicações realizadas no FUNDO/Classe e pelo FUNDO/Classe não contam com garantia do ADMINISTRADOR, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido do FUNDO/Classe e, conseqüentemente, do capital investido pelos COTISTAS.

4.19 ILIQUIDEZ DAS COTAS DO FUNDO: Em razão do FUNDO/Classe ser de condomínio fechado, o qual não admite resgates durante seu prazo de duração, bem como a ausência de marcação a mercado de parte dos ATIVOS do FUNDO, suas cotas poderão não apresentar liquidez para negociação no mercado secundário.

4.20 RISCO CAMBIAL: Em razão da natureza dos ATIVOS ALVO OS COTISTAS ESTÃO CIENTES da possibilidade de VARIAÇÃO CAMBIAL DOS ATIVOS E DA EVENTUAL NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO, PELO FUNDO, DE OPERAÇÕES DE HEDGE CAMBIAL, VISANDO ASSEGURAR E PROTEGER OS COMPROMISSOS DE INVESTIMENTOS FIRMADOS PELO FUNDO.

4.21 REGIME DE RESPONSABILIDADE: O FUNDO possui regime de RESPONSABILIDADE ILIMITADA, podendo o Cotista ser chamado a cobrir um eventual patrimônio líquido negativo do FUNDO, nos termos previstos no REGULAMENTO e na regulamentação em vigor.

4.22 DISCLAIMERS:

- I. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura da Classe/Subclasse do FUNDO.**
- II. O FUNDO/Classe está exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.**
- III. O FUNDO/Classe pode adquirir ativos financeiros negociados no exterior, até o limite admitido pela regulamentação em vigor, observadas as condições nela previstas.**
- IV. O FUNDO/Classe poderá utilizar derivativos para alavancagem.**
- V. O FUNDO/Classe pode aplicar mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em ativos financeiros de crédito privado. Portanto, está sujeito a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua CARTEIRA, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do FUNDO/Classe.**
- VI. O FUNDO/Classe pode utilizar estratégias que resultem em perdas patrimoniais aos COTISTAS, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do COTISTA de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do FUNDO/Classe.**



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

FRONTIER

Classe de Investimento Multimercado Crédito Privado

REGRAS APLICÁVEIS À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA CLASSE:

LIMITES POR ATIVOS

GRUPO	LIMITES	ATIVOS
I	SEM LIMITE	A) Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos; B) Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em mercado organizado; C) Ações admitidas à negociação em mercado organizado; D) Contratos derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados; E) Bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidos à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado; e Brazilian Depositary Receipts ("BDRs") classificados como nível II e III. F) Cotas de fundos de investimento registrados com base na RCVM 175; G) Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento registrados com base na RCVM 175; H) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII; I) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC; J) Cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC; K) Cotas de fundos de índice admitidos à negociação em mercado organizado; L) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI; M) Outros ativos financeiros não previstos nessa tabela; N) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIDC-NP; O) Cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIC-FIDC-NP; P) Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; Q) Valores mobiliários diversos daqueles previstos na RCVM 175, desde que objeto de oferta pública registrada na CVM; R) Notas promissórias e debêntures desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública; S) Ativos financeiros negociados no exterior, inclusive cotas de fundos de investimento sediados no exterior, que tenham em sua política de investimento, direta ou indiretamente, o investimento em estruturas e participações em empresas (Private Equity) de capital aberto ou fechado, independente da forma jurídica (capital, empréstimos, títulos de valores mobiliários ou outros) cujo objetivo preponderante seja a realização de investimentos no exterior, não obstante políticas de investimentos amplas, em observância à política de investimento prevista nos respectivos regulamentos ("Ativos Alvo").

**LIMITES POR EMISSORES**

GRUPO	LIMITES	ATIVOS
I	SEM LIMITE	A) Limites por emissor previstos na RCVM 175 não são aplicáveis a este FUNDO.
II	VEDADO	A) Fundos que invistam no próprio FUNDO; B) Ações de emissão da ADMINISTRADORA ou empresa a ela ligada.

GESTOR E PARTES RELACIONADAS/GRUPO ECONÔMICO	LIMITES
A) Ativos financeiros de Emissão do gestor e de companhias integrantes de seu grupo econômico	Até 100%
B) Cotas de classes ou subclasses de Fundos de Investimento Financeiro (FIF) administrados pelo gestor ou partes relacionadas	Até 100%
C) ADMINISTRADOR, o GESTOR e/ou quaisquer empresas a elas ligadas, poderão atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações realizadas pelo FUNDO	Até 100%

CONCENTRAÇÃO EM CRÉDITO PRIVADO

GRUPO	LIMITES	ATIVOS
I	ATÉ 100% DO PL	Consolidação das aplicações em quaisquer ativos ou modalidades operacionais de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou títulos públicos que não da União ("Crédito Privado"), inclusive em fundos de investimento que apliquem em Crédito Privado.

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS E/OU DEMAIS MODALIDADES OPERACIONAIS

	SIM OU NÃO	LIMITE
Para Proteção da Carteira (Hedge)	Sim	O valor total da posição objeto do hedge
Para Posição	Sim	Limitado ao Patrimônio Líquido do FUNDO
Para Alavancagem	Sim	100% do Patrimônio Líquido do FUNDO a ser utilizado como margem *
Limite de margem bruta (**requerida + potencial)		Até 100%
(*) No cálculo do limite de alavancagem, considera-se o valor das margens exigidas em operações com garantia somado à "margem potencial" de operações de derivativos sem garantia. O cálculo de "margem potencial" de operações de derivativos sem garantia baseia-se em modelo de cálculo de garantia do ADMINISTRADOR, não podendo ser compensado com as margens das operações com garantia.		
(**) Considera-se margem bruta o somatório das coberturas e margens de garantia, requeridas e potenciais, empregadas pela classe em relação às operações de sua carteira.		

DISCLAIMER DE ADAPTAÇÃO: Salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Regulamento e na Política de Investimento, as referências ao FUNDO alcançam também a sua CLASSE e SUBCLASSE de cotas, e as referências aos fundos investidos alcançam as Classes/Subclasses de Cotas investidas, conforme aplicável e previsto na regulamentação em vigor.



APÊNDICE SUBCLASSE A

FRONTIER

Classe de Investimento Multimercado Crédito Privado

REGRAS APLICÁVEIS À PRESENTE SUBCLASSE DE COTAS:

1. CLASSE RELACIONADA

- 1.1 A presente Subclasse é relacionada à Classe Única de Cotas do FUNDO.
- 1.2 O item acima poderá ser alterado por ato dos prestadores de serviços essenciais.

2. PÚBLICO-ALVO

2.1. PÚBLICO-ALVO – CVM:

Investidores Profissionais.

A eventual perda da característica acima definida, por qualquer motivo, resultará, a critério do ADMINISTRADOR, no eventual desenquadramento do Público Alvo do FUNDO, ficando o referido cotista obrigado a proceder com a cessão e/ou cisão de suas referidas cotas, a critério do ADMINISTRADOR, para outro cotista que se enquadre no Público Alvo do FUNDO, observadas as condições definidas no presente Regulamento e utilizando-se por base o valor patrimonial contábil das Cotas registrado no FUNDO na data da negociação.

Na hipótese de inadimplência dos Cotistas com as chamadas de capital, os mesmos perderão seus direitos políticos e econômicos, sendo facultado ao Administrador proceder com a cessão de suas referidas cotas, utilizando-se por base o valor patrimonial contábil das cotas registrado no FUNDO na data da negociação.

O ADMINISTRADOR poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou recusar a proposta de investimento feita por qualquer investidor, sem a necessidade de justificativa em razão da aceitação ou recusa do investimento.

A ADESÃO DO COTISTA À CLASSE SE DARÁ MEDIANTE A ASSINATURA DO RESPECTIVO TERMO DE ADESÃO E CIÊNCIA DE RISCO, DECLARAÇÃO DE INVESTIDOR PROFISSIONAL, TERMO DE CIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE FUNDO FECHADO; COMPROMISSO DE INVESTIMENTO E BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO COM AS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO, NO QUAL ESTARÃO ESTABELECIDAS AS REGRAS DE RESERVA DE APLICAÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE COTAS, CHAMADAS DE CAPITAL, AMORTIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO, BEM COMO RECEBERÁ UMA VERSÃO DO REGULAMENTO DO ATIVO ALVO POR ELE INVESTIDO.

NA HIPÓTESE DO COTISTA, POR QUALQUER MOTIVO E A QUALQUER TEMPO, VIER A PRATICAR OU PRATICAR QUAISQUER ATOS QUE O TORNEM INADIMPLENTE OU O DESENQUADRE EM RELAÇÃO AO PÚBLICO ALVO DO FUNDO, AS COTAS DO FUNDO DETIDAS POR ESSE RESPECTIVO COTISTAS PODERÃO, A CRITÉRIO DO ADMINISTRADOR, SER OBJETO DE CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA PARA (I) OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO ADMINISTRADOS E/OU GERIDOS PELO ADMINISTRADOR E/OU EMPRESAS DO GRUPO OU (II)



OUTROS POTENCIAIS INVESTIDORES ENQUADRADOS NO PÚBLICO ALVO DOS ATIVOS, UTILIZANDO-SE POR BASE O VALOR PATRIMONIAL CONTÁBIL DOS ATIVOS REGISTRADOS NO FUNDO NA DATA DA NEGOCIAÇÃO, OBSERVADA A NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO, POR PARTE DO INVESTIDOR ADQUIRENTE, (I) DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS (QUANDO ENQUADRADO COMO FUNDO DE INVESTIMENTO), OU (II) DE DOCUMENTO SIMILAR (QUANDO NÃO ENQUADRADO COMO FUNDO DE INVESTIMENTO), ATESTANDO, EM AMBOS OS CASOS, TOTAL CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM A TOTALIDADE DOS TERMOS PREVISTOS NA MENCIONADA ASSEMBLEIA.

2.2. PÚBLICO-ALVO - SEGMENTO:

Não haverá um segmento específico.

2.3. CLASSE EXCLUSIVA:

☐ Sim ☒ Não

3. TAXAS

3.1. TAXA GLOBAL: Durante o Período de Investimento, a SUBCLASSE cobrará uma taxa global¹ de 1,5% ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido.

Para fins de apuração da Taxa Global mencionada no item acima, o Capital Comprometido a ser considerado como base de cálculo será atualizado, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") pro rata temporis, a partir da data de início do FUNDO/CLASSE, sendo referido valor utilizado para provisionamento e cobrança da Taxa Global no mês seguinte ao de sua atualização.

Durante o Período de Investimento:

$$TG = CC \times (1 + IPCA) \times 1,5\% \text{ a.a.}$$

Onde:

¹TG = Valor da Taxa Global Apurada no Mês

CC = Capital Comprometido

IPCA = IPCA acumulado entre o início do FUNDO até o último dia útil de cada ano

¹ Taxa Global: somatório das taxas de administração, gestão e máxima de distribuição.

3.2. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 35% do valor da Taxa Global ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido.

3.3. TAXA DE GESTÃO: 45% do valor da Taxa Global ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido.

3.4. TAXA MÁXIMA DE DISTRIBUIÇÃO: 20% do valor da Taxa Global ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido.

3.5. Após o Período de Investimento, a SUBCLASSE cobrará uma Taxa Global de 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido entre os prestadores de serviços essenciais e distribuidores do FUNDO/CLASSE considerando os percentuais da segregação das taxas definidos acima.

3.6. É vedado à SUBCLASSE aplicar em fundos/classes/subclasses que cobrem taxas de administração, gestão, distribuição e/ou de performance. A taxa global prevista acima representa a taxa mínima e a taxa máxima da SUBCLASSE, compreendendo a taxa global



dos fundos/classes/subclasses de investimento em que o FUNDO/CLASSE investir, excetuados: (i) os fundos cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercado organizado; ou (ii) os fundos/classes geridos por partes não relacionadas ao gestor do FUNDO investidor.

3.7. PAGAMENTO E PROVISÃO: A taxa global será calculada e provisionada, por dia útil, à razão de 252 dias úteis, sobre o valor diário do patrimônio líquido do FUNDO, e será paga diretamente pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e GESTOR e demais prestadores entre o último dia útil de cada mês até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

3.8. TAXA MÁXIMA DE CUSTÓDIA: 0,075% ao ano, aplicado sobre o seu patrimônio líquido.

3.9. TAXA DE ENTRADA: Não aplicável.

3.10. TAXA DE SAÍDA: Não aplicável.

3.11. TAXA DE PERFORMANCE: Além da taxa de administração, sobre os valores recebidos pelos COTISTAS, representados pelas amortizações parciais e/ou resgate total (quando do encerramento do FUNDO), que excederem ao Capital Investido em cada integralização, corrigido por 100% (cem por cento) da variação diária do CDI, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano no mesmo período ("Hurdle Rate"), será aplicada uma Taxa de Performance equivalente a 10% (dez por cento) sobre o referido valor, que será revertida em favor do GESTOR.

$$\text{Taxa de Performance} = 10\% \times [\text{DR} - (\text{CI} \times \text{HR})]$$

Onde:

CI = capital integralizado de cada COTISTA;

DR = Valor em moeda corrente nacional que está sendo distribuído aos COTISTAS a título de amortização de cotas e/ou resgate de suas cotas.

HR = é o fator de remuneração do capital integralizado para a definição do Hurdle Rate, calculado conforme abaixo:

$$\text{HR} = (1 + \text{CDI})^{n/252} \times (1 + 2\%)^{n/252}$$

O Hurdle Rate não representa nem deve ser considerado garantia ou sugestão de rentabilidade aos COTISTAS.

A remuneração prevista acima, será paga por ocasião das amortizações e/ou nos resgates quando da liquidação do FUNDO/CLASSE, em moeda corrente nacional ou em ativos (se for o caso), previstas neste Regulamento.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE

4.1 COTIZAÇÃO DA APLICAÇÃO:

D+0 (dias úteis) da Data do Pedido.

Débito no mesmo dia da aplicação.

4.2 CONVERSÃO DO RESGATE:

Não aplicável.

Com taxa de saída: Não aplicável.



Quando a data estipulada para determinação do valor da cota coincidir com dia não útil, deverá ser considerado o próximo dia útil aplicável.

Considera-se Data do Pedido, o dia útil da efetivação da solicitação de aplicação ou resgate efetuado pelo Cotista.

4.3 PAGAMENTO:

D+1 (dias úteis), contados da data de conversão ou da última cota do FUNDO/CLASSE.
Com taxa de saída: Não aplicável.

ESTA CLASSE SÓ PERMITE O RESGATE AO TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NESTE ANEXO, NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO REGULAMENTO – INFORMAÇÕES GERAIS, OU CONFORME DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL OU ESPECIAL.

4.4 CARÊNCIA PARA RESGATE?

☐ Sim ☒ Não

Prazo de carência para resgate: Não aplicável.

4.5 PERMITE INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE EM ATIVOS?

☒ Sim ☐ Não

A integralização das cotas do FUNDO/CLASSE pode ser realizada em moeda corrente nacional, ou em ativos financeiros, a critério do ADMINISTRADOR.

A amortização e o resgate das cotas do FUNDO/CLASSE podem ser realizados em moeda corrente nacional ou em ativos financeiros de titularidade do FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, inclusive nas hipóteses de eventual desenquadramento do cotista do FUNDO/CLASSE, e quando não for possível a cessão de suas cotas e/ou cisão do FUNDO/CLASSE.

No pagamento de resgates e/ou amortizações com ativos financeiros será utilizado o valor dos ativos financeiros precificados na carteira do FUNDO/CLASSE segundo as regras e procedimentos estabelecidos no Manual de Marcação a Mercado do prestador dos serviços de controle e processamento dos ativos financeiros do FUNDO/CLASSE, exceto quando enquadrados nos principais riscos da CLASSE.

A distribuição de cotas da CLASSE/FUNDO será realizada na forma prevista na regulamentação em vigor. Após o encerramento da primeira distribuição de cotas da CLASSE/FUNDO, posteriores subscrições de cotas somente poderão ser efetuadas por meio de formalização de nova oferta de distribuição de cotas, independentemente de as novas cotas serem destinadas à subscrição pelos cotistas da CLASSE/FUNDO ou por potenciais novos investidores.

4.6 REGRA ESPECÍFICA PARA APLICAÇÕES E FERIADOS INTERNACIONAIS?

☒ Sim ☐ Não

O tratamento para resgates e aplicações em feriados nacionais está descrito no Regulamento – Avisos Legais.

Os horários para recebimento de pedidos de aplicação e resgate são definidos a exclusivo critério do ADMINISTRADOR.

Caso o FUNDO/Classe atue direta ou indiretamente em mercados no exterior, o valor da cota do dia poderá ser calculado no horário de fechamento dos respectivos mercados nos quais o FUNDO/Classe atue, devendo ser considerado e observado os feriados dos locais onde os ativos preponderantes do FUNDO/Classe são negociados.

4.7 REGRAS PARA AMORTIZAÇÃO:



A amortização e o resgate das cotas da Classe do FUNDO podem ser realizados em moeda corrente nacional ou em ativos financeiros de titularidade da Classe, a critério do ADMINISTRADOR.

O pagamento das amortizações das cotas da Classe será realizado na forma que vier a ser estabelecida na assembleia geral ou especial que deliberar sobre a amortização, observada as regras da autorregulação em vigor.

Caso o FUNDO/Classe invista em cotas de outros fundos/classes, os resgates e/ou amortizações do FUNDO/Classe somente poderão ser realizados em observância dos prazos, condições e liquidez existentes nos fundos/classes investidas.

Sem prejuízo do disposto acima o GESTOR poderá, a qualquer tempo, e no melhor interesse dos cotistas do FUNDO e da preservação de seu capital, amortizar cotas do FUNDO à medida que forem realizadas amortizações do ATIVOS ALVO, estando dispensado da necessidade de convocação de Assembleia de Geral para deliberar sobre essas amortizações, de modo a enquadrar a sua estratégia de investimento.

A amortização e o resgate das cotas da Classe podem ser realizados em moeda corrente nacional ou em ativos financeiros de titularidade da Classe, a critério do ADMINISTRADOR, inclusive nas hipóteses de eventual desenquadramento do cotista da Classe, e quando não for possível a cessão de suas cotas e/ou cisão da Classe na parcela representada pelas referidas cotas.

No pagamento de resgates e/ou amortizações com ativos financeiros será utilizado o valor dos ativos financeiros precificados na carteira da Classe segundo as regras e procedimentos estabelecidos no Manual de Marcação a Mercado do prestador dos serviços de controle e processamento dos ativos financeiros da Classe, exceto quando referido resgate e/ou amortização estiverem enquadrados nas hipóteses descritas neste Anexo, cujas disposições prevalecerão em caso de conflito.

Excetuada a hipótese de amortização, a critério da ADMINISTRADORA, somente serão permitidas amortizações de cotas após 02 (dois) anos de carência contados da data de início do FUNDO ("carência") e desde solicitada por cotistas representantes de mais de 5% (cinco por cento) das cotas emitidas, a qual deverá ser deliberada e aprovada em assembleia geral, observado que será necessária metade mais 1 (uma) das cotas emitidas para a aprovação.

O pagamento das amortizações das cotas da Classe será realizado na forma que vier a ser estabelecida na assembleia geral que deliberar sobre a amortização e desde que haja recursos líquidos para sua efetivação.

Na hipótese de eventual decisão dos cotistas pela liquidação da CLASSE ou nas situações que reduzam significativamente seu patrimônio líquido, os ativos do fundo poderão, a critério do ADMINISTRADOR, serem utilizados como pagamento de amortização ou resgate de cotas (na hipótese de encerramento do FUNDO) ou poderão ser objeto de cessão ou transferência para (i) outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR e/ou empresas do grupo ou (ii) outros potenciais investidores enquadrados no público alvo dos ativos, utilizando-se por base o valor patrimonial contábil dos ativos não performados registrado no FUNDO na data da negociação, observada a necessidade de formalização, por parte do investidor adquirente, (i) de assembleia geral de cotistas (quando enquadrado como fundo de investimento), ou (ii) de documento similar (quando não enquadrado como fundo de investimento), atestando, em ambos os casos, total ciência e concordância com a totalidade dos termos previstos na mencionada assembleia.

Os resgates quando da liquidação do FUNDO e/ou amortizações do FUNDO deverão ser realizados em observância aos prazos, condições e liquidez existentes no ATIVO ALVO por ele investido.